

REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE E OUTROS HORIZONTES DE SENTIDO COSMOPERCEPTIVOS EM CONTEXTOS RELACIONAIS COM A ÁGUA

Franklin de Paula Júnior¹

Rita Silvana Santana dos Santos²

Resumo: Este trabalho vincula-se com um projeto de pesquisa acerca de enunciados instituintes sobre a água e suas implicações neste universo relacional. No presente ensaio, apresentaremos possíveis aproximações e diálogos com ideias e elementos teórico-conceituais potencialmente capazes de contribuir para a contextualização e o desenvolvimento da pesquisa, enfatizando processos educativos, em especial, de Educação Ambiental. A crise climática global, a crise hídrica e a ameaça de colapso ambiental planetário são algumas das situações centrais que desafiam a contemporaneidade, mas cuja gênese remonta à lógica colonial (à racionalidade indolente subjacente), que constitui uma das forças motrizes da modernidade ocidental capitalista. A metafísica do dinheiro e a globalização neoliberal (RAMOSE, 2010), que são algumas das expressões mais visíveis e atuais da colonialidade, tornaram-se um dos pilares do esgarçamento ecossistêmico planetário e da desigualdade social – chaga histórica que novamente flagela o mundo e impacta exponencialmente o Sul Global. Em sua investigação sobre a herança colonial na Iorubalândia, Oyèrónké Oyèwùmí (2002) desvendou categorias socialmente construídas pelo projeto colonial eurocêntrico que se baseiam em uma “bio-lógica” hierarquizante (ideologia do determinismo biológico) – que atribui diferenciações sociais, estabelece hierarquias, bem como funções, privilégios e discriminações baseadas na pigmentação da pele, no fenótipo, na morfologia, no sexo [genitália] e noutros atributos corporais –, a exemplo das categorias de gênero e de raça, historicamente impostas pelo colonialismo a territórios e povos não ocidentais. A partir desta constatação, Oyèwùmí estabelece uma distinção importante entre a cosmovisão ocidental [e ocidentalizadora] e cosmopercepções outras que valorizam o conjunto de sentidos, propiciando uma apreensão global e interconectada da realidade em suas múltiplas dimensões – abarcando nuances da existência e dos vários mundos, físico e metafísico entrelaçados. Espera-se que, contra a lógica mortífera do dinheiro e do encargo colonial, estes outros horizontes de sentido (saberes e ontologias), especialmente de origem afroameríndia, possam fecundar processos educativos de Educação Ambiental relacionados com a água na Bacia do Prata – segunda maior bacia

¹ Universidade de Brasília - UnB. E-mail: franklinintermedio@gmail.com

² Universidade de Brasília - UnB. E-mail: ritasilvana@gmail.com

hidrográfica de águas transfronteiriças da América do Sul e território subcontinental referencial da experiência sócio-histórica derivada do projeto de modernidade ocidental que tem a colonialidade como a sua contraface constitutiva –, assim como contribuir para o alargamento dos horizontes de emancipação e libertação dos povos, especialmente daqueles que ainda não se libertaram dos encargos da colonialidade.

Palavras-chave: Colapso Ambiental, Bacia Do Prata, Colonialidade, Cosmopercepção, Educação Ambiental.

Abstract: This work is linked to a research project about instituting statements about water and their implications in this relational universe. In this essay, we will present possible approaches and dialogues with ideas and theoretical-conceptual elements potentially capable of contributing to the contextualization and development of research, emphasizing educational processes, especially environmental education. The global climate crisis, the water crisis and the threat of planetary environmental collapse are some of the central situations that challenge contemporary times, but whose genesis goes back to colonial logic (the underlying indolent rationality), which constitutes one of the driving forces of Western capitalist modernity. The metaphysics of money and neoliberal globalization (RAMOSE, 2010), which are some of the most visible and current expressions of coloniality, have become one of the pillars of the planetary ecosystem fraying and social inequality – a historical wound that once again plagues the world and impacts exponentially the Global South. In his investigation into the colonial heritage in Yorubaland, Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2002) uncovered categories socially constructed by the Eurocentric colonial project that are based on a hierarchical “bio-logic” (ideology of biological determinism) – which attributes social differentiations, establishes hierarchies, as well such as functions, privileges and discrimination based on skin pigmentation, phenotype, morphology, sex [genitalia] and other bodily attributes –, such as the categories of gender and race, historically imposed by colonialism on non-Western territories and peoples. Based on this observation, Oyěwùmí establishes an important distinction between the Western [and Westernizing] worldview and other worldviews that value the set of senses, providing a global and interconnected apprehension of reality in its multiple dimensions – encompassing nuances of existence and the various worlds, physical and metaphysical intertwined. It is hoped that, against the deadly logic of money and colonial burden, these other horizons of meaning (knowledge and ontologies), especially of Afro-Amerindian origin, can fertilize educational processes of environmental education related to water in the La Plata Basin – the second largest hydrographic basin of transboundary waters in South America and subcontinental territory as a reference for the socio-historical experience derived from the project of Western modernity that has coloniality as its constitutive counterface – as well as contributing to the broadening of the horizons of emancipation and liberation of peoples, especially those who have not yet freed themselves from the burdens of coloniality.

Keywords: Environmental Collapse, La Plata Basin, Coloniality, Cosmoperception, Environmental Education.

Introdução

Servindo-nos de uma metáfora hidrográfica, o que se apresenta nesta composição, é uma tentativa de abeiramento, um exercício de aproximação e preparação para posterior imersão no marco de um projeto de pesquisa voltado para o universo relacional com a água, tendo como referência territorial a Bacia do Prata e os enunciados instituintes sobre a água neste contexto.

Ainda enveredando nos sinuosos atributos metafóricos das águas, também a fim de melhor situar a pesquisa e a sua intencionalidade, torna-se sugestivo o poema “Como um rio”³, de Thiago de Mello, do qual extraímos e destacamos o seguinte fragmento: “como um rio, que nasce de outros, saber seguir junto com outros sendo e noutros se prolongando e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim”. Aludimos a esta passagem como pretexto para uma conjectura investigativa, traçando uma analogia com um imaginado “oceano sem fim” da pesquisa, cujas algumas equivalências esboçamos em três planos distintos, porém interconectados e complementares:

- i) **plano biogeofísico** – possivelmente, o plano mais literal, correspondente ao encontro das águas estuarinas do Rio da Prata com o Atlântico Sul (entregando-o uma vazão de 25.000 m³/s) que, por sua vez, nos conecta com o continente africano e o vasto além-mar. Tais águas advém dos “rios voadores” amazônicos, dos aquíferos (como o Guarani), das zonas úmidas, da confluência de quatro grandes rios sul-americanos (o Paraguai, o Paraná, o Uruguai e o Iguaçu, que formam o Prata), assim como de seus milhares de afluentes, amalgamando toda a vida aquática, aérea e terrestre que pulsa na extensão desta enorme territorialidade hídrica, cuja contiguidade corresponde à Bacia do Prata;
- ii) **plano de vivências da pesquisa** – mesmo que o projeto de uma pesquisa se desenvolva como processo que culmina em alguma constatação ou contorno espaço-temporalmente situado, ainda assim, as veredas percorridas, os desafios, as experimentações, descobertas, reflexões, os diálogos, saberes e aprendizados, constituem um aglomerado que também guarda equivalência com um “oceano sem fim” de possibilidades de análises, provocações e de novas investigações. Entendida como espaço-tempo de imersão, reflexão e maturação, esta pesquisa também ambiciona a geração de aportes e contribuições para as políticas de água e educação – em especial de Educação Ambiental – no referido contexto territorial, bem como para o universo relacional com a água de um modo geral;
- iii) **plano do horizonte utópico** – neste, o “oceano sem fim” da pesquisa corresponde à possibilidade inventiva de criação de imaginários, ou mesmo de ressignificação e reinvenção de [outros] mundos – pluriversicos,

³ Poema “Como um rio”, ver em: https://www.mpbnet.com.br/musicos/olivia.byington/letras/como_um_rio.htm.

extramodernos, grávidos de afeto, cuidado, humanismo⁴, encantamento, diversidade, inclusão e justiça social, que extrapolam a compreensão ocidental e eurocêntrica de mundo – desde este mundo ‘comum’⁵ homogeneamente hegemônico (esterilizado por supressões e iniquidades sociais históricas, assim como sabotado por devastações de vários tipos).

Breve contextualização de um itinerário em construção

A temática aqui preconizada advém de um itinerário pregresso de investigação, de vivências na territorialidade hídrica referida, bem como das motivações e inquietações nelas imbricadas. Tanto a instituição acadêmica à qual nos vinculamos (a Universidade de Brasília) como a cidade na qual habitamos (a Capital Federal do Brasil, Brasília), situam-se na porção brasileira da Bacia do Prata, a qual [Região Hidrográfica do Paranoá] engloba 64% da área⁶ e a maioria quase absoluta da população do Distrito Federal.

O trabalho que resultou na dissertação “Nós somos água”: cosmovisões e perspectivas políticas sobre a água a partir do diálogo com atores institucionais e da sociedade civil”⁷, é um dos precedentes mencionados do itinerário de investigação, assim como a atuação em processos formativos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata e do CIC, dentre outros, são algumas das vivências motivadoras para aportar nesta territorialidade as inquietações e reflexões sobre os desafios da contemporaneidade cuja gênese remonta ao histórico de colonialidade, contraface da modernidade ocidental, presente em toda a América Latina e, particularmente, também na Bacia do Prata.

Em meio à vasta tessitura do universo relacional com a água, a pesquisa terá predileção pelos contrastes e tensões existentes entre enunciados instituídos (já estabelecidos, normatizados e hegemônicos) e instituintes⁸ (aqueles que contrastam ou mesmo tensionam o instituído, contra hegemônicos com potencial de transformação do instituído), atendo-se sobre esses últimos, por entender que eles suscitam outras [cosmo]percepções historicamente silenciadas e subalternizadas pelo campo hegemonicamente instituído – porém, entendendo

⁴ Preferencialmente, de um humanismo menos antropocêntrico e mais *antropomórfico* e *multinaturalista* (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

⁵ Um ‘comum’ que, conforme elucida Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 2), “se funda, em um paradoxo hipócrita, na enorme desigualdade de acesso a este comum, onde o ‘com-’ é inteiramente esmagado pelo ‘-um’: um mundo 100% comum, entenda-se, único, mas privatizado pelo 1%. O Um e o Único”.

⁶ Conforme o Estudo “Um Panorama das Águas no Distrito Federal”, elaborado pela Codeplan-DF, junho de 2020. Ver à p. 7., disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-Um-Panorama-das-%C3%81guas-no-Distrito-Federal.pdf>.

⁷ Dissertação disponível no Repositório da UnB, neste link: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/41080>.

⁸ À luz do que expressa Cornelius Castoriadis (1982), a dimensão social instituinte refere-se à “criação, fazer ser”, é o “por-vir-a-ser, isto é, provisão inesgotável de alteridade, e como desafio irredutível a toda significação estabelecida.” Também corresponde à “instauração de uma história onde a sociedade não somente se sabe, mas se faz como auto-instituinte explicitamente, implica uma destruição radical da instituição conhecida da sociedade até seus recônditos mais insuspeitados, que só pode ser como posição/criação não somente de novas instituições, mas de um novo modo do instituir-se e de uma nova relação da sociedade e dos homens com a instituição”. (CASTORIADIS, 1982, pp. 414, 415, 418).

que não são campos estanques e incomunicáveis, mas atravessados por elementos e dinâmicas que se mesclam reciprocamente⁹.

O diálogo com atores que sejam referentes de saberes e enunciados instituintes – bem como extramodernos, pós-abissais e contra-hegemônicos – sobre água e educação na Bacia do Prata, constitui-se, portanto, no modo como a pesquisa pretende se desenvolver, também aspirando gerar reflexões e contribuições, em especial, para as políticas públicas de água e educação neste contexto.

Embora recorrendo a fontes documentais e referenciais bibliográficos, as incursões epistemológicas, de reflexividade crítica, projetadas pela pesquisa, pressupõem, necessariamente, uma ancoragem no mundo da vida, numa concatenação estratégica com a trajetória de tais atores, sejam eles referentes de outras epistemologias, modos de vida, assim como de lutas, resistências, ou mesmo atores de fronteira, que transitam com criticidade e intencionalidade transformadora entre os campos do instituído e do instituinte no universo relacional com a água.

É importante observar que o hegemonismo vigente de uma visão objetificadora, utilitarista e economicista (ou mesmo mercantilista) sobre a água, está presente em políticas mundialmente instituídas e é notória a sua reprodução no contexto regional e subcontinental, inclusive, na Bacia do Prata.

Ainda que expressem certa preocupação com a conservação, a proteção e a sustentabilidade de mananciais hídricos, eventos e documentos que se tornaram marcos globais, a exemplo da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente organizada pela ONU, em Dublin, Irlanda (1992), reificaram a água ao salientarem e sobrevalorizarem a sua dimensão econômica. Tornado hegemônico, o Princípio N° 4 da Declaração de Dublin, é expressamente incontroverso neste sentido, ao afirmar que “A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico”. Tal enunciado produz implicações em termos de geração de assimetria e hierarquização do aspecto econômico em relação a outras dimensões e valores atribuídos à água (ecológico, social, cultural etc.).

É notória, ainda, a influente reverberação deste enunciado na instituição das políticas hídricas de inúmeros países do mundo, inclusive na América Latina e no Caribe. No contexto específico da Bacia do Prata, os marcos legais e os arranjos institucionais dos países tendem a reproduzir as orientações de Dublin e o modelo europeu de gestão dos recursos hídricos, embora existam iniciativas importantes que dialoguem com e/ou se aproximem de outros paradigmas.

⁹ Castoriadis (1982) entende que a sociedade é a “instituição de um magma de significações” e uma “auto-alteração perpétua” ou “auto-instituição do social-histórico”, de tal modo que o instituído e o instituinte se implicam reciprocamente, mas o instituinte social “encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que já tinha sido instituído” (Castoriadis, 1982, p. 414 e 417).

Tais aspectos nos remetem tanto para a problemática como para o objetivo da pesquisa. A problemática, aponta para a desvalorização da diversidade dos universos epistêmicos, cosmológicos e relacionais com a água e seus reflexos nas políticas públicas correspondentes. O objetivo principal, consiste, por conseguinte, no estabelecimento do diálogo com enunciados oriundos da diversidade de saberes instituintes vinculados ao universo relacional com a água no contexto da Bacia do Prata, buscando entender o que eles apontam para o campo das políticas públicas de água e educação.

Em vista disso, a sondagem de “vozes que não são aquelas que tradicionalmente já tinham espaço e lugar de fala garantidos por outros campos e abordagens metodológicas” (Matos-de-Souza, 2021a, p. 21), torna-se um critério importante, pois essas vozes perfazem narrativas que são “o texto da experiência por excelência”, conforme ressalta Rodrigo Matos-de-Souza:

Esse talvez seja o ponto de inflexão e de aposta mais radical feito pela pesquisa (auto)biográfica, de tomar em termos apologéticos, de defender e justificar o lugar da experiência como elaboração da própria existência. [...] Para ser apreendida, a experiência precisa ser encarada como possibilidade de resposta, mas de uma resposta incerta, contingente, cuja versão desvela várias dimensões que o controle do experimento precisa ignorar para garantir sua reprodutibilidade. [...] Não há um fora-gramatical, um local que não seja tocado pela linguagem, e a experiência é uma manifestação aguda de nossa finitude” (Matos-de-Souza, 2021a, pp. 15, 17)

Neste sentido, é importante entender que os relatos vivenciais constituem, segundo Arfuch (2010), “um momento da vida infinita” que fornece uma “qualidade fulgurante” por “convocar num instante a totalidade”, sendo “unidade mínima” que ao mesmo tempo vai “‘além de si mesma’ em direção à vida em geral”, e cuja narrativa intertextual “abarca praticamente todos os registros – numa trama de interações, hibridizações, empréstimos, contaminações” (Arfuch, 2010, pp. 38, 39, 63, 82).

A valorização das experiências instituintes caracteriza uma “desobediência epistêmica”, num “movimento ético de natureza decolonial” que rompe com “os preceitos de uma ciência educacional moderna, padronizada, acelerada, refratária à subjetividade” (Matos-de-Souza, 2021a, p. 23).

Prezando por uma fundamentação pluralista, o referencial teórico-conceitual visado para anteparar a análise, a reflexão e a produção do conhecimento da pesquisa, dará maior relevo, porém, às epistemologias afro-ameríndias, do Sul Global, também buscando ancorar-se em elementos da Educação Ambiental (EA), da Educação em e para os Direitos Humanos (EDH), do Pensamento Ambiental Latinoamericano (Leff, 2009), da decolonialidade e contracolonialidade, da emancipação, da Educação Antirracista (Santos, 2017), da Pedagogia das Encruzilhadas (Rufino, 2015), dentre outras possibilidades.

A territorialidade hídrica platina como campo de pesquisa

Amalgamada ao contexto geopolítico latino-americano, a Bacia do Prata (Figura 1) se constitui, depois da Amazônica, na segunda maior bacia hidrográfica¹⁰ de águas de rios fronteiriços e transfronteiriços da América do Sul, cujo vasto território, de 3,1 milhões de km², compreende porções territoriais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, e engloba, inclusive, as capitais dos respectivos países (Buenos Aires, Sucre, Brasília, Assunção e Montevideu), perfazendo uma população de aproximadamente 110 milhões de habitantes humanos e incomensurável contingente de habitantes extra-humanos que formam a indissociável teia de organismos vivos da bacia.



Figura 1: Mapa geral da Bacia do Prata.

Fonte: Análise Diagnóstico Transfronteiriço (ADT) da Bacia do Prata – 2016: 38.

¹⁰ De acordo com o CIC, “Uma bacia é um território cujas águas deságuam no mesmo rio, lago ou mar. As terras altas constituem os seus limites, separando-o da bacia vizinha, onde a água escoará para outro rio, lago ou mar. Se olharmos o mapa de uma bacia, como a do Prata, veremos que os limites desse território não coincidem com as fronteiras dos países, províncias ou municípios. Rios e riachos têm sido comumente usados para definir limites entre diferentes estados, muito antes de o conceito de bacia hidrográfica ser aplicado à gestão da água. Portanto, para gerir o território de uma bacia é necessário estabelecer acordos entre todas as jurisdições administrativas (Estados) que nela tenham todo ou parte do seu território”. Extraído de: <https://cicplata.org/es/territorios-y-fronteras/>.

Também incidem e conformam este vasto e diverso território hídrico, grandes aquíferos, tais como o Guaraní e o Yrenda-Toba Tarijeño; importantes zonas úmidas ou sistemas conectados de áreas alagadas¹¹, dentre os quais, o Pantanal, uma das maiores do planeta. Além das massas de águas superficiais e subterrâneas, o complexo sistema de fluxos hídricos da Bacia do Prata é receptor de considerável parcela do estupendo volume de águas atmosféricas produzido pela Floresta Amazônica, que é transportada até o Cone Sul por meio do fenômeno também conhecido como “rios voadores” – aproximadamente 20 bilhões de toneladas evaporadas em um dia, equivalente à energia gerada por 50 mil Itaipús (Nobre, 2012, p. 187 e 188) –, em grande medida, responsável pela regulação do regime de chuvas e pelo equilíbrio climático e ambiental da aludida bacia.

Embora abarque expressivas sociobiodiversidade, diversidade climática e pluralidade étnico-cultural ímpar, a Bacia do Prata também convive com situações assimétricas abissais, inclusive de acesso à água, que integram um panorama histórico de discriminação, violações de direitos, desigualdade e injustiças sociais, econômicas e ambientais, que afetam, desproporcionalmente, segmentos populacionais que foram ao longo do tempo subalternizados, silenciados e vulnerabilizados.

Contemplando, mas também transcendendo as especificidades dos países, o grande território hidrográfico da Bacia do Prata, é dotado de uma base legal e institucional própria, pactuada e coordenada entre os cinco países, que corresponde ao Tratado da Bacia do Prata e ao Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)¹².

Assinado em Brasília, em 23 de abril de 1969, o Tratado da Bacia do Prata tem por objetivo a promoção do “desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia”, anteparando-se em princípios como os da unidade territorial, da cooperação entre os países, do uso sustentável e equitativo dos recursos hídricos, bem como de evitar danos, promover o desenvolvimento sustentável e a governança participativa.

Estabelecido em 1973 e composto por representações políticas (das chancelarias dos cinco países) e técnicas (dos respectivos órgãos ambientais e de recursos hídricos), o CIC tem por finalidade “promover, coordenar e monitorar o andamento das ações multinacionais voltadas ao desenvolvimento integrado da Bacia do Prata”. Também integra esta institucionalidade o FONPLATA, antigo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, estabelecido em 1974, e atualmente denominado Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Sobretudo, a partir da virada do milênio, é notório um esforço para uma atuação mais proativa do CIC na respectiva região transfronteiriça. Exemplo deste esforço foi o *Programa Marco para a gestão sustentável dos recursos hídricos da*

¹¹ Bacia do Prata – sistema conectado de áreas alagadas. Ver em: <https://humedalessinfronteras.org/pt-br/a-bacia-do-prata/>.

¹² Mais informações encontram-se no sítio web do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) em: <https://cicplata.org/>.

Bacia do Prata, considerando os efeitos decorrentes da variabilidade e mudanças do clima e os seus desdobramentos com a execução de projetos demonstrativos transfronteiriços, Plano de Ação Estratégica (PAE), dentre outros.

Em que pese tais iniciativas terem valorizado aspectos sociais, educativos e de governança participativa, uma avaliação externa apontou, por exemplo, que o programa mencionado ainda “não defendeu/representou adequadamente as necessidades/interesses de todos os grupos marginalizados e de gênero, especialmente os grupos indígenas” (Pires; Miranda, 2019). A avaliação é um significativo indicador de reconhecimento da problemática dos direitos humanos e da existência de lacunas relacionadas às perspectivas de gênero, dos povos originários e das comunidades tradicionais, bem como da necessidade de promover direitos, tomada de consciência e mudança de rumos, propondo processos de formação e o fortalecimento da participação social nos ciclos de políticas públicas de águas da bacia platina.

Dada a importância destas iniciativas institucionais, inclusive, por produzirem significativas informações de diagnóstico acerca da problemática hídrica e socioambiental da bacia, é crucial entender a gênese e não apenas os efeitos das referidas lacunas e dos conflitos socioambientais, inclusive perscrutando horizontes epistemológicos e ontológicos que se encontram, muitas vezes, ao avesso de uma institucionalidade que também carrega e reproduz elementos de colonialidade.

Perspectiva crítica e contracolonial para compreender a problemática hídrica e socioambiental da Bacia do Prata

A crise climática global, a crise hídrica e a ameaça de colapso ambiental planetário são algumas das situações centrais que desafiam a contemporaneidade, mas cuja gênese remonta à lógica colonial (à racionalidade indolente subjacente), que constitui uma das forças motrizes da modernidade ocidental capitalista euronortecêntrica.

A metafísica do dinheiro e a globalização neoliberal (Ramose, 2010), que são também expressões mais visíveis e atuais da colonialidade, tornaram-se um dos pilares do esgarçamento ecossistêmico planetário e da desigualdade social – chaga histórica que novamente flagela o mundo e impacta exponencialmente o Sul Global.

Em vista disso, a problemática hídrica e socioambiental da Bacia do Prata possui as suas especificidades, mas também remonta a questões estruturais multiescalares que prefiguram todo o seu contexto sócio-histórico, político, econômico, cultural e ambiental, interconectando-a, neste sentido, ao mesmo processo que incide em toda a América Latina, mas que repercute mundialmente.

Por conseguinte, na paisagem latino-americana e do Sul Global, a Bacia do Prata se caracteriza como um território subcontinental referencial da experiência sócio-histórica derivada do projeto de modernidade ocidental que tem a colonialidade (a sujeição da natureza, o racismo, o sexismo, o patriarcado, a lógica capitalística) como a sua contraface constitutiva.

A presença das “narraciones Geoculturales de la Modernidad Insustentable” em toda a extensão da Bacia do Prata, conforme salienta Carlos Galano (2009, p. 13-14), lavrou um imaginário social sustentado em insondáveis silêncios, produzindo “un vacío ontológico orientado inescrupulosamente a silenciar la vida”, ao custo de uma “desterritorialización material y simbólica de los pueblos originales y las culturas populares”, assim como de “palabras silenciadas por la dictadura del verbo mercantilizado” que ordenou “el territorio de la colonización depredadora”.

Conforme aponta Sofia Masdeu-Rocha (2023), o território que hoje conhecemos como Bacia do Prata, era designado pelos povos originários como “Paranaguasú” ou “Paraná Guasú” que, em guarani, significa o “rio largo como o mar”. Destarte, como também assevera Masdeu-Rocha, “puesto que la voz indígena es la gran ausente”, a prevalência da toponímia designada pelo colonizador com a nomenclatura “Prata”, vincula-se, histórica e diretamente ao ímpeto exploratório e senhorial na busca por metais preciosos, lucro, riqueza e modernização para as metrópoles ao custo da espoliação das colônias, expressando, assim, no imaginário vinculado à toponímia, a colonialidade reproduzida na contemporaneidade.

A renomeação de territórios era um estratagema de dominação (Rufino, Camargo e Sánchez, 2020, p. 2), pois o ato de nomear era o ato cerimonial de tomar posse e demonstrar o ‘direito’ de governar e dominar, sendo que “cada nombre trajo consigo una narrativa cargada de aspiraciones particulares, entre las que destacan la avidez por describir, fijar, recordar o poseer” (Masdeu-Rocha, 2023). Deste modo, a invasão do colonizador “representou um desvio na história dos viventes integrados nestas faixas de terra e água” (Rufino; Camargo; Sánchez, 2020, p. 2).

As justificativas para a ocupação de novas terras, conforme descreve Rodrigo Matos-de-Souza (2021b), eram “acompañadas de la dominación cultural, política y económica de las potencias occidentales y que les permitieron dividir el mundo y controlarlo entre ellas”, tal como fizeram, por exemplo, os reis de Portugal e Espanha ao estabelecer uma linha divisória vertical para a posse exploratória sobre o ‘Novo Mundo’, por meio do Tratado de Tordesilhas (1494).

O violento custo fundacional [para as colônias e os seus povos originários] que caracteriza a colonialidade, desde os seus primórdios, enquanto contraface constitutiva da modernidade, foi tratado como uma externalidade necessária ao empreendimento moderno-colonial. Walter Mignolo (2003, p. 30) elucida que “la modernidad/colonialidad son dos caras de la misma moneda, [...] la colonialidad, el lado oscuro y necesario de la modernidad [...] las ideologías de la modernidad tienen una doble cara, la cara genocida (a decir de Dussel) y la cara emancipatoria o libertadora”.

Esta violência inerente foi uma espécie de pedra de toque para que a “tempestade moderna” se estabelecesse nos termos em que ela se estabeleceu no sistema mundo, produzindo uma linha abissal ou um muro espesso constituído

por uma “dupla fratura” ambiental e colonial (Ferdinand, 2022). Como desvenda Malcom Ferdinand,

A fratura colonial separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristãos, entre senhores e escravos, entre metrópoles e colônias, entre países do Norte e países do Sul (Ferdinand, 2022, p. 26).

O imaginário gerado pelo que Boaventura de Sousa Santos (2010) denominou de “linha [ou pensamento] abissal”, tão ou mais lancinante quanto a linha vertical representada pelo Tratado de Tordesilhas, divide a realidade social “em dois universos distintos”, sendo um deles visível, o “deste lado da linha” – o lado hegemônico, da inclusão do colonizador-dominador –, e o “outro lado [invisibilizado] da linha” – o lado da “*outridade*” (Kilomba, 2019), que é o lado do apagamento, da subalternização e da exclusão do colonizado –, tornando “a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha” (Santos, 2010) uma característica fundamental do imaginário colonial.

A constatação de que o projeto moderno-colonial estabelece simetrizações e homogeneizações horizontais que camuflam as assimetrias e hierarquizações operadas pelas relações de dominação, foi alinhavada por Malcom Ferdinand (op. cit. p. 24, 25). Assim, Ferdinand (2022) argumenta que o emprego de termos generalizantes tais como “planeta, natureza ou meio ambiente”, assim como os termos “Homem” ou “*anthropos*”, utilizado para designar a Era do Antropoceno, constitui exemplo de ocultação da “diversidade de ecossistemas, dos lugares geográficos e dos não humanos que os constituem”. Respectivamente, constitui, ainda, exemplo de distorções relativas ao “*imaginário* ocidental da crise ecológica”, o qual apaga o fato colonial e as histórias dos não Brancos, responsabilizando indistintamente toda a humanidade ou a espécie humana, ao invés de um determinado modo de vida (colonial / capitalista) causador do cenário de barbárie e colapso.

No tocante à escala das alterações de magnitude planetária relacionadas à nova Era geológica, entendemos como mais apropriado o termo “Plantationoceno”, designado por Anna Tsing e Donna Haraway, por ser “o mais capaz de traduzir o desenvolvimento do habitar colonial da Terra ao revelar suas cinco dimensões fundamentais [nível material e econômico, nível histórico, nível geográfico, nível político e nível cosmopolítico]” (Ferdinand, 2022, p. 30, 66 e 67).

Observando o horizonte histórico, é possível avistar a gramática da violência colonial esparramada abismalmente por nossos lugares, a qual se estende aos corpos humanos (Matos-de-Souza, 2021b) – em especial aqueles corpos “*outros*”, conforme demonstra Grada Kilomba (2019), antagonistas do “*eu*” (self) do *sujeito branco* [com os demais atributos do colonizador, homem, hétero, cristão etc.], e, portanto, dos outros não-brancos, desumanizados e subalterniza-

dos, que na psiquê da branquitude, tornam-se “tela de projeção daquilo que o *sujeito branco* teme reconhecer sobre si mesmo” (Kilomba, 2019, p. 37).

De acordo com Luiz Rufino, Daniel R. Camargo e Celso Sánchez (2020), o acontecimento colonial na América Latina se estabeleceu com a intenção declarada da espoliação da então colônia de exploração, por meio da imposição de um modelo “calcado nos regimes da raça, do racismo, da negação da alteridade, da exploração, aniquilação e usurpação dos sistemas vivos, inaugurando uma sociedade de desigualdades, destruição e violências sem precedentes” (op. cit., p. 3).

Santos e Sorrentino (2023, p.312) também asseveram que “raça e racismo são construções sociais, criadas para justificar a escravidão, com base na suposta superioridade da população branca em relação às populações negras e indígenas, em especial nas Américas”.

Deste modo, a categoria racial – algo similar se passou com a categoria de gênero e também com o especismo humano em relação aos demais seres e à natureza de um modo geral – e a atribuição de funções sociais (inclusive de privilégios para alguns e obrigações e/ou castigos para outros) baseadas nas diferenças bioanatômicas, que colocava os sujeitos brancos numa escala de superioridade e os não-brancos de inferioridade, consistiu numa “*bio-lógica*”¹³ que sustentou o racismo e a escravidão como engrenagens centrais do projeto moderno-colonial.

Em sua pesquisa sobre a herança colonial na Iorubalândia, Oyèrónké Oyèwùmí (2002) desvendou categorias socialmente construídas pelo projeto colonial eurocêntrico que se baseiam nesta “*bio-lógica*” hierarquizante, correspondente à ideologia do determinismo biológico, a qual atribui diferenciações sociais, estabelece hierarquias, bem como funções, privilégios e discriminações baseadas na pigmentação da pele, no fenótipo, na morfologia, no sexo [genitália] e noutros atributos corporais.

Na mesma pesquisa, Oyèwùmí estabeleceu uma significativa distinção entre a cosmovisão ocidental [e ocidentalizadora], muito focada no visual [que resvala para o determinismo biológico] e cosmopercepções outras, tal qual a da cultura iorubá, que valoriza a audição e o conjunto de sentidos, propiciando uma apreensão global e interconectada da realidade em suas múltiplas dimensões, abarcando nuances da existência e dos vários mundos, físico e metafísico entrelaçados.

Bem próprias da indolente *razão metonímica* (SANTOS, 2002, p. 242), que lastreia a lógica colonial, as generalizações totalizantes e as dicotomias hierarquizantes (tais como: Norte/Sul; Ocidente/Oriente; branco/negro; civilizado/primitivo; homem/mulher; conhecimento científico/conhecimento tradicional; cultura/natureza etc.), constituem uma dinâmica corriqueiramente reproduzida também nos contextos relacionais com a água. Analogamente, há

¹³ Como demonstrado por Oyèrónké Oyèwùmí, (2021), a “ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social” (Oyèwùmí, 2021, p. 16).

tensões performadas pela polaridade **água-vida** *versus* **água-mercadoria** (Paula Júnior, 2021), em torno da qual gravitam derivações que modelam as subjetividades e derivam em conflitos sociais e territoriais.

O Quadro 1 a seguir, reelaboração inspirada em categorização concebida por Pedro Arrojo (2009, p. 44), é demonstrativo da polaridade mencionada e suas nuances.

Quadro 1 Água: gradações entre os polos.

água-vida ←————→ água-mercadoria					
água-vida	água-sujeito	água-cultura-espiritualidade	água-sociedade	água-objeto-recurso hídrico	água-objeto-mercadoria
Expressa a unicidade indissociável entre água e vida em Gaia, indispensável à manutenção dos ecossistemas e à resiliência da teia da vida.	Reconhecimento da subjetividade extra-humana da água, como um agente e como portadora, <i>per si</i> , de direitos.	Elemento espiritual, sagrado, dimensão antropológico-cultural.	Bem comum e bem público, direito humano universal, condição de reprodução material e simbólica dos coletivos humanos.	Objeto, coisa, dotada de <i>valor de uso</i> , utilitário, bem econômico, insumo produtivo, matéria-prima, infraestrutura.	Objeto, coisa, produto, dotado de <i>valor de troca</i> , dimensão mercantil, ativo e fonte de lucro, <i>commodity</i> .

Fonte: Paula Júnior (2021, p.76).

Em termos de América Latina, de um modo geral, Bruno Bringel (2020) observa que os principais eixos de conflitos do subcontinente não só derivam como são exacerbados pela polaridade centro *versus* periferia do sistema-mundo (moderno-colonial e capitalista), esta última, perenizada na condição de mera “fornecedora de matérias-primas” para a economia capitalista global.

Conforme argumenta Luciana Ballestrin (2013, p. 101) “não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas”, ou um polo controlador e explorador (euronortecêntrico, industrializado e desenvolvido, mas também ultraimperialista¹⁴) sem outro (historicamente espoliado, periférico e subalternizado, de economia primário-exportadora e abissalmente desigual em termos econômicos e sociais).

Para Monica Bruckmann (2016, p. 7-12), a apropriação e o domínio dos recursos hídricos e outros recursos estratégicos na escala global integram a estratégia imperialista. Assim, é possível compreender que tal estratégia também se expressa nas recentes iniciativas de financeirização da água. A sua inserção e negociação como *commodity* nos mercados de futuro da Bolsa de Valores de Wall

¹⁴ Conforme elucida Luís Eustáquio Soares (2020), “Assim, pois, como no capitalismo as relações sociais de produção são relações capitalistas de produção, no imperialismo emerge o que é possível chamar de relações imperialistas desiguais e interestatais de produção, que são um amálgama do colonialismo e do capitalismo, além do retorno híbrido de relações ao mesmo tempo capitalistas, feudais e escravistas de produção”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/>.

Street, nos Estados Unidos, por exemplo, “tendo como base o índice Nasdaq Veles California Water (NQH20)”¹⁵, foi o momento inaugural de um processo em curso que, de acordo com Ricardo Petrella (2024), visa à “total financeirização da natureza”. Petrella então denuncia outro lance atual da investida corporativa imperialista, desta vez, por parte do fundo financeiro Black Rock, na obtenção do “direito” de negociar a água como *commodity* na Bolsa de Chicago, o que representa “uma das páginas mais sombrias da história recente da humanidade, sob o duplo domínio da tecnologia de conquista e das finanças predatórias” na qual “os direitos fundamentais à vida e ao bem-estar dos povos da África, América Latina e Ásia são cada vez mais ignorados”.

Assim sendo, os conflitos pelo acesso, apropriação e controle dos mananciais hídricos guardam relação direta com esta dinâmica global que também opera numa espécie de ‘metacolonialismo’ ou uma colonialidade reiterada em formas intermediárias e multiescalares, territorializadas desde os níveis geopolítico/global, transfronteiriço, nacional, regional e local, até às relações institucionais, interpessoais e intersubjetivas.

No contexto da Bacia do Prata, são notórias e historicamente documentadas as tentativas de apropriação e controle de mananciais, bem como de privatização dos serviços de água e saneamento (assim como as lutas e resistências contra tais investidas). Dentre os inúmeros exemplos, encontram-se as guerras da água conflagradas na Bolívia¹⁶, do final dos anos de 1990 até meados dos 2000, especialmente em Cochabamba e El Alto; as privatizações ocorridas na Argentina dos anos de 1990 (serviços de água das províncias de Santa Fé, Tucumán, Buenos Aires e dezenas de outras cidades); no Uruguai, em 2004, uma expressiva mobilização da sociedade fez frente a essas investidas e logrou, por meio de um “plebiscito del agua”, incluir uma emenda constitucional que assegurou (Artigo 47) o reconhecimento da água como “recurso natural essencial para a vida” – bem como o acesso à água potável e ao saneamento como direitos humanos fundamentais, além de vetar a privatização dos serviços de água e saneamento –, entretanto, iniciativas mais recentes persistem na tentativa de privatização da água potável, a exemplo do Projeto Neptuno¹⁷, além de que o país viveu uma das maiores crises de abastecimento¹⁸ de água potável no ano de 2023; no Brasil, especialmente, a partir golpe de 2016¹⁹, intensificou-se

¹⁵ Ver em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-12-09/o-que-significa-a-agua-comecar-a-ser-cotizada-no-mercado-de-futuros-de-wall-street.html>

¹⁶ De acordo com Castro, Heller e Moraes (2015, p. 14), as “famosas Guerras da Água em Cochabamba (1999-2000) e em La Paz-El Alto (2005-2006), contribuíram para a queda do regime político neoliberal que governava o país naquele momento” e, conseqüentemente, para a retomada da soberania popular e nacional sobre os bens comuns, o que se consolidou com a chegada de Evo Morales ao poder.

¹⁷ Ver em: <https://enperspectiva.uy/en-perspectiva-programa/la-mesa/proyecto-neptuno-ose-recibio-dos-ofertas-fa-y-sindicato-denuncian-privatizacion-del-agua-potable/>.

¹⁸ Ver em: <https://www.redes.org.uy/2023/05/12/los-por-que-de-la-crisis-del-agua-gestion-irresponsable-inoperancia-falta-de-prevision-apuesta-a-la-privatizacion/>.

¹⁹ O *impeachment* tramado fraudulentamente, sem crime de responsabilidade, contra a então Presidenta Dilma Rousseff, resultante de grave crise político-institucional, culminou em um golpe de Estado de cunho midiático, parlamentar e judicial, a partir do qual começaram a pipocar, por exemplo, investidas de

uma ofensiva corporativa pela apropriação e controle da água, com propostas de privatização e mercantilização, tal como a lei que estabeleceu o novo marco do saneamento (Lei nº 14.026/2020), que estimula a privatização da prestação dos serviços essenciais de água e saneamento, assim como a tentativa de criação de um mercado de águas, por meio da compra e venda de outorgas (*commoditização* da água), por meio da tramitação do Projeto de Lei 495/2017, dentre outras investidas.

Considerações finais

À vista de tudo isso, a análise crítica e contracolonial da problemática hídrica e socioambiental, é fundamental para a compreensão dos seus aspectos históricos, suas reverberações geopolíticas e sua incidência territorial no contexto da Bacia do Prata. É fundamental não só para a compreensão, como também para a ação de afirmação do que somos [de modo autodeterminado, soberano, inclusivo, equitativo e regionalmente integrado], como asseverou Aníbal Quijano (2005, p.139), no sentido de que precisamos “deixar de ser o que não somos”.

Destarte, contrariamente ao alienante ‘revisionismo histórico’, que busca negar e ocultar a face violenta e colonial da constituição do sistema-mundo e do empreendimento moderno ocidental euronortecêntrico no Sul Global, em especial, no panorama latino-americano, a atitude crítica e contracolonial busca elucidar tais aspectos, a fim de recontextualizar o passado no presente (reconhecer e reparar injustiças históricas), assim como fecundar o futuro no presente para a abertura de novos horizontes contracoloniais, libertários e emancipatórios.

Recorrendo ao pensamento de Antonio Bispo dos Santos (2023, p. 36), podemos entender a contracolonialidade ou horizontes de sentido contracoloniais como sendo aqueles que apontam para a afirmação de um modo de vida diferente do modo de vida colonial, diferença esta não somente contrastante, mas também contraposta, que confronta, por exemplo, a cosmofofia ou a perspectiva colonial de mundo único (uniforme, unilateral, pretensamente universal) com a afirmação das dimensões cosmopolítica (coexistência com a extensa teia de organismos vivos) e plurivérsica (onde caibam vários mundos, materiais e imateriais). A contracolonialidade, neste sentido, difere-se da decolonialidade, pois esta se limita, conforme Bispo dos Santos (2023, p. 33) à “depressão do colonialismo, como a sua deterioração [...] depressão, deterioração, decomposição”. O contracolonialismo visa, no entanto, ao enfraquecimento do colonialismo para

privatização do patrimônio nacional e bens comuns, inclusive, dos recursos hídricos. Conforme analisa Olinto Silveira Alves Filho (2020), houve um “processo de desestruturação do Estado brasileiro, desde o golpe midiático, parlamentar e judiciário de 2016”, consolidando um cenário de desmonte do Estado, “por meio de Propostas de Emendas Constitucionais e também “de decretos regulamentares, portarias, instruções normativas, dentre outras”. De acordo com Luís Felipe Miguel (2023), “É importante, para a história do Brasil, deixar registrada essa tautologia: o golpe foi um golpe. Com consequências que foram muito além da retirada ilegal, de seu cargo, de uma presidente eleita. O golpe marcou a ruptura, de vastos setores da classe dominante brasileira, com o princípio do respeito às regras do jogo. Inaugurou um período de vale-tudo na política brasileira, com incerteza quanto à vigência das normas constitucionais, marcado pela permanente queda de braço entre os poderes. [...] Em suma: o golpe nos legou desorganização institucional, violência política e ampliação da desigualdade”.

afirmar outros modos de vida, buscando tirar "o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio".

Neste mesmo sentido, Luiz Antonio Simas (2021), em diálogo com o pensamento de Walter Benjamin, em especial, com a ideia de "escovar a história a contrapelo", narra que:

[...] A construção do futuro passa, necessariamente, pela reconstrução do passado e das suas lutas, [...] Escovar a História a contrapelo é voltar ao passado para recuperar as lutas populares e seus personagens – aniquilados pelo peso do horror dominante – e redimensioná-las como '*centelhas de esperança*', [...] Para as culturas de terreiro, as centelhas têm nome: Exu. [...] A percepção de Benjamin sobre a necessidade de disputar o passado para acender a chama do presente e pavimentar futuros cruza com um dos orikis mais famosos de Exu – o orixá do movimento, do poder do corpo, da alegria e das grandes transformações: Exu acerta a pedra que lança hoje no pássaro que já voou. Por princípio, os orikis – sentenças curtas sobre os orixás – abrem múltiplas possibilidades de interpretação, numa poética aconchegada ao mistério para sugerir ações permanentes de afirmação da vida. Podemos cruzar o que Benjamin chama de "Anjo da História" com a "Pedra de Exu".

Carlos Galano (2009), ao denunciar que "las palabras silenciadas por la onstruc del verbo mercadizado organizaron el território de la colonización depredadora", também preconiza a necessidade de

Romper el corsé epistemológico de la racionalidad instrumental de voracidad insaciable para engullir a la naturaleza externalizada, abriéndose a los territorios fecundados por el diálogo de saberes, de los saberes de los pueblos oprimidos y silenciados, se convierte en le lenguaje inaugural de la Educación Ambiental, ensimismada en lo multidimensional, constituyendo con tenacidad insobornable una red de relaciones diversas para que cambie la dictadura de la verdad absoluta y florezca un saber que navegue por las aguas de lo provisorio, de lo relativo y de lo incognoscible. El edificio geométrico de verdades inalterables, postulado por el conocimiento disciplinarizado y especializado en partes descontextualizadas y dualismos ha estallado. [...] se hace necesario que en los repliegues cotidianos de la Cuenca del Plata estalle el debate epistemológico pendiente, [...] El diálogo de diversidades conjugará una encrucijada que pujará hacia el campo en construcción de la Educación Ambiental para la Sustentabilidad amplificadora del Pensamiento Ambiental Latinoamericano. Este pensamiento reinstalará en la Cuenca del Plata las identidades silencia das, las culturas de las diferencias como cuenco matricial desde donde puedan imaginarse otros mundos posibles, frente al único futuro mortecino del Discurso Único (Galano, 2009, p. 14).

Desta maneira, entendemos que o diálogo de saberes, intercientífico²⁰, intercultural²¹ e/ou intertranscultural²², emerge como uma das condições indispensáveis para ‘rematriar’ enunciados sobre a água e a natureza que foram expropriados pela modernidade-colonialidade, bem como para forjar saídas para o cenário de colapso ambiental na Era do Plantationoceno (Ferdinand, 2022). Consiste, ainda, em possibilidade inventar outros imaginários e modos de vida sustentáveis e incidir nas políticas públicas de água e educação neste contexto territorial.

Espera-se, assim, que contra a lógica mortífera do dinheiro e do encargo colonial, estes outros horizontes de sentido (saberes e ontologias) aventados pela pesquisa, possam trazer à tona elementos fecundos para provocações, reflexões, bem como para amalgamá-las aos processos educativos relacionados com a água na Bacia do Prata, também contribuindo de algum modo para o necessário alargamento dos horizontes de emancipação e libertação dos povos, especialmente daqueles que ainda não se libertaram dos encargos da colonialidade. Como destaca Rodrigo Matos-de-Souza, a valorização das experiências instituintes caracteriza uma “desobediência epistêmica”, num “movimento ético de natureza decolonial” que rompe com “os preceitos de uma ciência educacional moderna, padronizada, acelerada, refratária à subjetividade”. Matos-de-Souza (2021b) propõe, ainda, uma *Pedagogia da Resistência* que seja capaz de aproximar projetos epistemológicos do Sul Global (em especial, América Latina, África e Ásia), “inventando tradiciones, traficando teorías, contrabandeando modos de existir en el sur global”, pois “solo con la producción de una epistemología propia se puede negociar con proyectos hegemónicos”.

No panorama ora ventilado e face às amarras e encargos do empreendimento moderno-colonial reproduzido e atravessado entre nós de diversas formas, pretende-se prover elementos que concorram para a construção de outros imaginários e horizontes de sentido de emancipação, bem como de senso de pertencimento e [cosmo]percepções contracoloniais e extramodernas – em especial, de matriz afro-ameríndia – acerca da água – enquanto ente, em seus múltiplos agenciamentos, macro e microcósmicos – e do território da Bacia do Prata no contexto dos desafios da América Latina, do Sul Global e do mundo.

²⁰ O diálogo intercientífico se dá no campo da intercientificidade, entendida, segundo Paul Little (2010, p. 20) como “as formas de interação entre os sistemas de conhecimento tradicional e o sistema da ciência moderna. Assim como os relacionamentos entre distintas culturas produz formas de interculturalidade, a interrelação entre distintos sistemas de conhecimento científico produz formas de intercientificidade (apud LÉO NETO, 2018, p. 32).

²¹ A perspectiva intercultural pressupõe o diálogo entre diferentes culturas, corresponde à “possibilidade de diálogo entre as culturas” (WALSH, 2009, p. 1), também se refere ao entendimento da ‘incompletude intrínseca’ e da ‘alteridade complementar’ (SANTOS, 2009).

²² A intertransculturalidade refere-se à dimensão curricular dos processos formativos, correspondendo, segundo Paulo Roberto Padilha (2003), a “um currículo que, ao mesmo tempo, respeite o saber local, o saber global, planetário e, portanto, a cultura em todas as suas possíveis dimensões, bem como o multiculturalismo próprio do nosso tempo e a criação de espaços interculturais nas escolas e em outros espaços de formação da comunidade, formais e não formais, isto porque a educação não acontece só na escola formal; um currículo aberto às diferenças culturais, à multiculturalidade, às trocas, conexões e relações profundas e criativas entre as culturas, nos diferentes “entre-lugares” (PADILHA, 2003 p. 171).

Referências

ALVES FILHO, Olinto Silveira. **Emenda constitucional nº 32/2020: É hora de virar o jogo!** ADUSFS, 12/10/2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1972/reforma-administrativa-contribui-para-consolidacao-do-desmonte-do-estado-brasileiro>.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução Paloma Vidal. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARROJO, Pedro. **El reto ético de la crisis global del agua**. Realciones Internacionales, núm. 12, octubre de 2009 – GERI-UAM. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/678179>.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, maio – agosto de 2013.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer** / Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023. 112 pp.

BRINGEL, Breno. Movimientos Sociales y Realidad Latinoamericana: una lectura histórico-teórica. In: **Hacia la renovación de la teoría social latinoamericana**. CLACSO, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1gm036w.11>

BRUCKMANN, Monica. La geopolítica del agua y los desafios de la integración sudamericana. **Cartografías del Sur**, nº 4, octubre/2016.

CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo e MORAIS, Maria da Piedade. **Introdução. O direito à água como política pública na América Latina : uma exploração teórica e empírica** / editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Moraes. – Brasília: Ipea, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v. 52). 6a edição.

CIC. **Análise Diagnóstico Transfronteiriço da Bacia do Prata - ADT**. - 1a ed revisada. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata - CIC; Estados Unidos : Organización de los Estados Americanos - OEA, 2017. Libro digital, PDF

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. – São Paulo: Ubu Editora, 2022, 320 pp.

GALANO, Carlos. Educación Ambiental: construcción desde los silencios de la Cuenca del Plata. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p.13-22, jul/dez. 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFF, Enrique. **Pensamiento Ambiental Latinoamericano: Patrimonio de un Saber para la Sustentabilidad**. Panel “Pensamiento Ambiental Latinoamericano”, VI Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental, San Clemente de Tuyú, Argentina, 19 de septiembre de 2009.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 6: 119-138, 2024.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. A contextualização dos saberes para a descolonização de um ensino de Biologia que reconheça as identidades e diferenças. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 7, n. esp, p.23-42, 2018.

MASDEU-ROCHA, Sofía. **Desenterrar de una vez los nombres del río: de choques, arribos y partidas en el Río de la Plata**. La Diaria, Uruguay, 27 de mayo de 2023. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2023/5/desenterrar-de-una-vez-los-nombres-del-rio-de-choques-arribos-y-partidas-en-el-rio-de-la-plata/>.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. A desobediência epistemológica da pesquisa (auto)biográfica: outros tempos, outras narrativas e outra universidade. **Revista UFG**, Goiânia. 2021a, v.22: e22.72988

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. El colonialismo revisitado por la memoria. In: GARCÍA; SEDEÑO; RAMÍREZ (Coords.). **Territorios, comunidades y prácticas: una lectura en clave decolonial**. Corporación Universidad Libre Seccional Pereira, 2021b.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. **O golpe foi um golpe**. A Terra é Redonda, 30/08/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-golpe-foi-um-golpe/>.

NOBRE, Antonio Donato. **Água e florestas: por um círculo virtuoso para o cuidado das águas**. Água e Transdisciplinaridade para uma ecologia de saberes. Org. Vera Lessa Catalão e Maria do Socorro Ibañez – Senado Federal/ Cet-Água. 1ª ed – Brasília, 2012.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos**. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de wanderson flor do nascimento.

PADILHA, Paulo Roberto. **Por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente**. Tese de doutorado. FE-USP, 2003.

PAULA JÚNIOR, Franklin. **“Nós somos água”: cosmovisões e perspectivas políticas sobre a água a partir do diálogo com atores institucionais e da sociedade civil**. 2021. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PETRELLA, Ricardo. A Black Rock quer o mundo a seus pés. **Outras Palavras**, 26/01/2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-black-rock-quer-o-mundo-a-seus-pes/>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, CLACSO, 2005.

Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

PIRES, Alex; MIRANDA, Liliana. **Sustainable management of the water resources of the la Plata Basin with respect to the effects of climate variability and change**. Terminal Evaluation of the um environment GEF Projetc 2095. Draft zero. UNEP/GEF/OEA. November 2019.

RAMOSE, Mogobe B. **Globalização e Ubuntu**. In: Epistemologias do Sul - SANTOS, Boaventura de Sousa; e MENEZES, Maria Paula. [Orgs.] – São Paulo: Cortez, 2010.

RUFINO, Luiz. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas: sobre conhecimentos, educações e pós-colonialismo**. VIII Seminário Internacional “As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação” – Junho/2015.

RUFINO, Luiz; CAMARGO, Daniel Renaud; e SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental desde El Sur: A perspectiva da Terrexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental – REVISEA**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil – V.7, Número Especial, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: Epistemologias do Sul - SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. [Orgs.] – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conferência “A Reinvenção da Emancipação Social a partir das Epistemologias do Sul”**. Ciclo de debates Universidade e Sociedade. Universidade de Brasília-UnB, 04/06/2009.

SANTOS, Rita Silvana Santana. Diálogos: Educação Ambiental e Educação Antirracista no contexto da formação docente. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2 (Especial), IFB/Brasília-DF, novembro de 2017.

SIMAS, Luiz Antonio. **Exu, Benjamin e as centelhas de esperança**. IREE, 04/10/2021. Disponível em: <https://iree.org.br/exu-benjamin-e-as-centelhas-de-esperanca/>.

SOARES, Luís Eustáquio. Por que estudar o imperialismo hoje. **Outras Palavras**, 10/12/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004. ISSN 0104-6675.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Involuntários da Pátria – elogio do subdesenvolvimento. **Cadernos de Leitura**, n 65 - Edições Chão da Terra, Maio de 2017.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 2009.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 6: 119-138, 2024.